

CRISE POLÍTICA NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONFLITO DE CLASSES

Felipe Queiroz ¹

Resumo

O artigo analisa a crise política do governo Dilma Rousseff (PT) a partir da perspectiva de classe, observado, sobretudo, os conflitos e as contradições no interior no bloco no poder. A hipótese central é que a crise política que culminou no processo de *impeachment* da presidente da República não surgiu em 2014, com a disputa do pleito eleitoral, antes vem se desenvolvendo desde o primeiro mandato, e é o resultado de uma crise da política neodesenvolvimentista e que foi provocada, fundamentalmente, pela ofensiva restauradora do campo político neoliberal ortodoxo. Portanto, adotou-se como recorte temporal o período que compreende os dois mandatos da governante petista (2011-2016).

Palavras-chave: Crise política; governo Dilma Rousseff; *impeachment*; neodesenvolvimentismo; luta de classes.

POLITICAL CRISIS AT DILMA ROUSSEFF GOVERNMENT: AN ANALYSIS FROM THE CLASS CONFLICT

Abstract

This article aims to analyze the political crisis at Dilma Rouseff government from social class perspective, observing especially the conflicts and contradictions within the block in power. The main hypothesis is that the political crisis that culminated in the impeachment process of president Dilma Rouseff did not arise in 2014, and results from the crisis of neo-developmental policy and it was brought primarily by the offensive of the orthodox neoliberal political field. Therefore, it was adopted as temporal clipping the period comprising the two government mandates of PT (2011-2016).

Keywords: Political crisis; Dilma Rousseff government's; impeachment; neodesenvolvimentismo Class struggle.

¹ Economista, mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: felipequeiroz_braga@hotmail.com.

Introdução

Analisar a crise política do governo Dilma Rousseff, a partir exclusivamente das denúncias de crime de responsabilidade acolhidas pelo então presidente da Câmara dos Deputados Federal, Eduardo Cunha (PMDB), impede outras dimensões deste intrincado tabuleiro de xadrez, que envolvem não apenas interesses partidários (ALMEIDA, 2016), mas, também, interesses de classes e frações de classes sociais (BOITO, 2016a, 2017). Portanto, o presente artigo se propõe a analisar a crise política do governo Dilma Rousseff (PT) a partir da perspectiva de classe. Apesar de adotarmos como recorte temporal o período que compreende os dois mandatos de Dilma Rousseff (2001-2016), para compreender alguns aspectos inerentes à conjuntura dessa crise é necessário remontar o cenário econômico e político sobre o qual ela se desenvolve, isto é, desde o primeiro mandato de Lula da Silva².

De acordo com a análise de Boito Jr. (2012, 2016a), a política brasileira durante os governos petistas, sobretudo durante os três primeiros mandatos, esteve dividida em dois campos, cada um deles dirigidos por frações específicas da burguesia brasileira.

O primeiro campo, que conduzira os rumos das políticas econômicas e sociais durante a maior parte dos governos petista, era composto com uma frente heterogênea, que agrupava diversas classes e frações de classe, desde a grande burguesia interna, parte da baixa classe média, grande parte da classe operária, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal. Para o autor (BOITO JR., 2012, p. 67-70), o governo Lula executara uma política econômica com viés neodesenvolvimentista que favoreceu, sobretudo, a fração da burguesia interna integrada ao bloco no poder, em detrimento dos interesses do capital

²Em virtude de não ser o escopo de nossa análise não poderemos aprofundar na discussão sobre o lulismo. Para um debate mais aprofundado sobre o tema consultar, entre outras obras: Armando Boito Jr. e Andréia Galvão (orgs), *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000* (São Paulo: Alameda, 2012); André Singer, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012); Emir Sader (org), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013); Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo, 2003); Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs), *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (São Paulo: Boitempo, 2010); João Sicsu, *Os Dez Anos Que Abalaram o Brasil. E o Futuro?* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013); Leda Paulani, *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica* (São Paulo: Boitempo, 2008); Marcio Pochmann, *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social* (São Paulo: Boitempo, 2014); Ricardo Antunes (org), *Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil* (São Paulo: Boitempo, 2006); *Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil II* (São Paulo: Boitempo, 2013); Ruy Braga, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (São Paulo: Boitempo, 2012);

internacional.

No segundo campo, temos uma frente de classes com uma pauta voltada à ortodoxia neoliberal, dirigida pela fração da burguesia brasileira integrada ao capital internacional, “cujas propostas de política econômica e externa preteriam interesses de grupos econômicos brasileiros integrantes da burguesia interna: abertura comercial ampla, compras do Estado e das estatais abertas indiscriminadamente para as empresas estrangeiras, vendas das estatais e redução de seus investimentos e alinhamento passivo com os Estados Unidos, entre outras” (BOITO, 2016a, p. 27).

O jogo de forças entre estes dois campos, ao longo dos dois mandatos de Lula e de parte do primeiro mandato de Dilma Rousseff, esteve mais favorável à frente de classes alinhadas ao projeto neodesenvolvimentista, porém, a situação começa a se alterar ainda em 2011, com o agravamento da crise econômica internacional e a alteração na condução da política macroeconômica, com o embate direto e frontal aos anseios das frações da burguesia alinhadas ao programa ortodoxo-neoliberal e rentista (BOITO, 2016a, 2017; SINGER, 2015).

Entendemos que esta perspectiva teórica apresenta elementos que possibilitam melhor compreender os governos petistas, não apenas, durante os dois mandatos de Lula da Silva (2003-2010), mas, sobretudo, possibilitam compreender as disputas no interior do bloco no poder entre as frações da burguesia interna, sobretudo, a partir do biênio 2011-2012, que se desenvolverão até culminar na crise do *impeachment*.

Ao longo deste artigo defenderemos a hipótese central que a crise política que culminou no processo de *impeachment* da presidente da República é o resultado de uma crise da política neodesenvolvimentista e que foi provocada, fundamentalmente, pela ofensiva restauradora do campo político neoliberal ortodoxo.

Alguns autores, entre eles, Jinkings (2016, p. 12), defenderão que a crise política no governo Dilma se instaurou logo após a conquista da reeleição em 2014, quando o governo “abandonou suas promessa de campanha e adotou o programa de seu oponente, Aécio Neves [...]. Aos poucos, a base social tradicional do Partido dos Trabalhadores (PT) que garantira a vitória da candidata Dilma Rousseff se afastou do governo, abrindo caminho para uma ofensiva crescente da direita”.

No entanto, a tentativa de compreensão da crise política especificamente a partir do pleito de 2014, deixa algumas lacunas, sobretudo, quando levamos

em consideração que as disputas no interior do bloco no poder entre as frações da burguesia interna e a incursão da direita já se apresentavam bem antes da corrida presidencial de 2014.

Neste sentido, entendemos que essa crise política deve ser analisada a partir da divisão em quatro momentos que se conjugam e se metamorfoseiam: i) entre 2011 e o primeiro semestre de 2013, com a tentativa de ampliação das medidas neodesenvolvimentistas e a contraofensiva de setores da burguesia interna; ii) a partir das manifestações junho de 2013 – e o surgimento de movimentos políticos e sociais de direita e extrema direita, e a ampliação do ódio de classes (QUEIROZ, 2016); iii) entre o final de 2013 e o final de 2015 - com o forte ajuste ortodoxo da economia; ampliação da ressonância social dos movimentos sociais de direita e extrema direita e o aprofundamento do ataque ao governo petista por diversas frentes; iv) a quarta fase, iniciada com o processo de *impeachment*, é a mais aguda da crise política.

Frente neodesenvolvimentista dos governos petistas

Conforme já apontamos, os governos petistas apresentaram um programa de política econômica e social que favoreceu avanços no campo social, com a diminuição da extrema pobreza, redução da taxa de desemprego aumento da renda real da população, enquanto manteve intactas as bases econômicas e as estruturas de acumulação interna. A este programa político que em linhas gerais abarcou uma ampla frente de classes, desde a grande burguesia interna até os trabalhadores da massa marginal, alguns autores, entre eles, Boito (2012a, 2012b, 2016a, 2017), denominarão de neodesenvolvimentismo.

O programa neodesenvolvimentista, segundo Boito Jr. (2012), era caracterizado pelas medidas políticas e econômicas que visavam atender frações específicas da burguesia brasileira, que detinham a hegemonia no interior do bloco no poder, enquanto mantinham as políticas de recuperação do salário mínimo e transferência de renda para as camadas mais pobres da população.

Antes de aprofundarmos na análise das classes e frações de classes que compõem a ampla frente de classe neodesenvolvimentista, é importante definir com precisão dois conceitos-chaves nessa discussão: bloco no poder e hegemonia.

Em *Poder Político e Classes Sociais*, Poulantzas (1977, p. 229), o conceito de bloco no poder é definido, de forma sintética, como “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominante” na sua

relação com o Estado. Logo, como é uma *unidade contraditória*, os interesses das classes ou frações de classe que compõe o bloco no poder não necessariamente convergem. Conseqüentemente, dentro do bloco no poder ocorrerão disputas entre as frações que o compõem, e serão os interesses da fração hegemônica que se sobressairá. A imposição dos interesses da fração hegemônica dentro do bloco no poder como interesses do Estado, é denominada por Poulantzas de *hegemonia*.

É no campo da luta política de classes que a hegemonia se impõe. A conceituação de hegemonia em Poulantzas difere da feita por Gramsci. De forma resumida, para Gramsci, tal conceito se refere a uma forma de dominação ideológica das classes dominantes sobre as classes subalternas, enquanto para Poulantzas, o conceito aponta para a forma como a fração dominante dentro do bloco no poder impõe seus interesses. Segundo Poulantzas:

Este conceito tem como campo a luta política de classes em uma formação capitalista, recobrando particularmente as práticas políticas das classes dominantes nessas formações. *Poder-se-á assim dizer, localizando a relação entre o Estado capitalista e as classes politicamente dominantes, que esse Estado é um Estado com direção hegemônica de classe [...].* O conceito de hegemonia reveste igualmente uma outra acepção, a qual não é de fato indicada por Gramsci. Veremos, com efeito, que o Estado capitalista e as características específicas da luta de classes em uma formação capitalista *tomam possível* o funcionamento de um “bloco no poder”, composto de várias classes ou frações *politicamente dominante*. Entre essas classes e frações dominantes, uma delas detém um papel dominante particular, o qual pode ser caracterizado como *papel hegemônico*. Neste segundo sentido, O conceito de hegemonia exprime a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista (POULANTZAS, 1977, p. 133-137, grifos do autor).

A frente política neodesenvolvimentista durante os governos petistas era composta pela grande burguesia interna – que se apresentava como a força dirigente da frente neodesenvolvimentista, detendo a hegemonia no interior do bloco no poder –, a classe trabalhadora, o campesinato e a pequena classe média, que se encontravam excluída do bloco no poder, além da massa marginal, com a qual a frente entretém uma relação de tipo populista.

A grande burguesia interna encontra-se distribuída entre setores específicos da economia: indústria de transformação, indústria naval, extração mineral, construção civil, construção pesada, agronegócio, setor comercial e setor bancário, especificamente, os grandes bancos públicos e privados de capital predominantemente nacional. A heterogeneidade da composição desta grande burguesia interna, não impede que haja conflito de interesses entre as frações que a compõe, no entanto, há um elemento de convergência entre eles: a “reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro” (BOITO, 2012b).

A análise da condução da política econômica dos governos petistas, especialmente, os dois mandatos de Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, evidenciam como os interesses dessa fração da burguesia brasileira foram priorizados: i) aumento substancial do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento subsidiado das grandes empresas nacionais; ii) favorecimento dos interesses das grandes empresas brasileiras na condução da política externa brasileira (DALLA COSTA, 2012; BERRINGER, 2015); iii) incremento do investimento público em infraestrutura, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); iv) política de conteúdo local da indústria; v) política macroeconômica anticíclica, para sustentar a demanda doméstica durante o período de maior recrudescimento da crise financeira internacional.

No processo político nacional, a frente neodesenvolvimentista tem como antagonista o campo neoliberal ortodoxo, representado pelo grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira associada ao capital estrangeiro, a alta classe média e os grandes proprietários de terras. A agenda dessa frente é representada pela grande imprensa brasileira e, no campo partidário, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM) “que são partidos burgueses e neoliberais” (BOITO, 2017, p. 29).

Os interesses desse campo ortodoxo neoliberal ao longo dos governos petistas foram preteridos em favor da frente neodesenvolvimentista. No entanto, apesar de essa frente se contrapor ao bloco no poder, devemos apontar que, não necessariamente, todas as frações de classe que a compõe apresentaram perdas no período, antes, tiveram incrementos inferiores aos apresentados pelas frações que compunham o polo antagônico. Este é o caso específico da alta classe média, que durante os governos petistas também se beneficiaram com aumentos reais de salários, porém, em certo sentido, perderam alguns “privilégios”, pois, tiveram

de passar a melhor remunerar seus empregados (domésticos), além de terem de compartilhar com a classe trabalhadora locais e serviços que historicamente eram exclusivos da *high society*, como restaurantes, aeroportos e clubes.

Além das disputas entre estes dois campos antagônicos, devemos salientar que o campo neodesenvolvimentista nunca fora um bloco monolítico, coeso e homogêneo, antes, como já observamos, era composto por uma “unidade contraditória” entre segmentos específicos de classes e frações de classe que se uniam a partir de um ponto em comum: proteção e favorecimento do Estado na disputa interna (e também externa) com o capital estrangeiro. Por isso, os antagonismos e disputas entre as diversas frações de classe que compunham o bloco no poder foram postos em segundo plano durante o ciclo de crescimento econômico. Ou seja, os interesses antagônicos entre a burguesia industrial e a burguesia financeira – poderíamos inserir ainda os interesses da classe trabalhadora, para complexificar um pouco mais o quadro – nunca deixaram de existir, no entanto, com o ciclo de expansão econômica, eles ficaram em latência, num aparente *optimum de pareto*, ou, nos termos de Maringoni (2017, p. 41-42), “utopia realizada”. Este complexo equilíbrio fica evidente quando observamos o crescimento da economia, de modo geral, e o resultado dos bancos, em específico, por um lado, e os sucessivos aumentos reais dos salários da classe trabalhadora e o crescimento exponencial do número de greves durante o lulismo, por outro lado.

Porém, como veremos a seguir, o programa neodesenvolvimentista começa a entrar em colapso, ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, com o aprofundamento da crise financeira internacional, e as medidas anticíclicas adotadas pelo governo que passam a ferir interesses econômicos e políticos de frações específicas da grande burguesia no interior do bloco no poder.

Crise do programa neodesenvolvimentista

Durante a primeira fase da crise financeira internacional, logo após a quebra do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers, em setembro de 2008, o governo Lula da Silva adotou diversas medidas de estímulos à produção e o consumo internos. A tríade formada por flexibilização fiscal (desonerações fiscais), política monetária expansiva (aumento da liquidez no mercado doméstico, resultado na expansão da oferta de crédito e no barateamento do crédito, tanto para investimentos como para o consumo) e investimentos públicos sustentou

a demanda agregada interna nesse período de recrudescimento da demanda global. Nas palavras de Lula da Silva, estas medidas, alinhadas ao fortalecimento do mercado interno e diminuição das vulnerabilidade externa, fez com que o país passasse por uma “marolinha”, enquanto os países centrais enfrentavam uma “tsunami”.

Esta mesma receita será adotada Dilma Rousseff durante o seu primeiro mandato, na tentativa de conter os efeitos do aprofundamento da crise financeira internacional – na qual o epicentro se desloca dos Estados Unidos para a os países integrantes da Zona do Euro, sobretudo Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha – sobre o mercado doméstico. As medidas adotadas pelo governo Dilma, entre 2011 e início de 2013, podem ser divididas, basicamente, em quatro frentes: I) Política monetária - o Banco Central (BACEN) inicia o ciclo de redução da taxa Selic em agosto de 2011, prosseguindo até outubro de 2012, quando a taxa básica de juros atingiu 7,25% a.a., menor patamar histórico; II) Sustentação da oferta de crédito pelos bancos públicos. Os bancos públicos reduziram suas margens de *spread*, pressionando, por sua vez, todo o setor bancário a seguir o mesmo caminho; III) Sustentação dos investimentos públicos. Juntamente com a redução da taxa de juros e a ampliação da oferta de crédito no mercado doméstico, o governo adotou uma política fiscal expansionista, com a adoção de pacotes de compras governamentais e de investimentos públicos. IV) Estímulo à produção industrial. Entre as medidas adotadas estão o programa de Sustentação do Investimento (PSI), no qual subsidiava a aquisição de máquinas e equipamentos através do BNDES; o Plano Brasil Maior; reforma no setor elétrico que barateou 20% o preço da energia elétrica; desoneração da folha de pagamento para diversos setores intensivos em mão de obra, além das medidas de proteção à indústria doméstica como o aumento do IPI sobre veículos importados ou eu tivessem menos de 65% de componentes nacionais e o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras).

Este conjunto de medidas adotadas pela equipe econômica da presidente petista fora denominada de “nova matriz econômica”, pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega. Esta “nova matriz econômica”, se propunha a dar um passo além do rígido tripé macroeconômico, para uma política macroeconômica com maior flexibilidade fiscal, alinhamento entre Fazenda e BACEN, sustentação da demanda agregada por meio de investimentos públicos e incentivos à grande burguesia interna.

Ao analisar o conjunto das medidas *anticíclicas* postas em prática pela equipe econômica do governo Dilma Rousseff, pode-se constatar que elas são voltadas especialmente à fração industrial da burguesia interna, em contraposição a alguns interesses da burguesia financeira. Para Singer (2015, p. 50-1), esta “nova matriz econômica” lança um confronto direto com a fração rentista da burguesia, sobretudo os banqueiros, na redução das taxas de juros e dos *spreads* bancários.

Enquanto Lula foi não confrontacionista, Dilma decide entrar em combates duros. Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. A Fazenda e o BC sustentaram e ampliaram a decisão durante dezoito meses. [...] Além de enfrentar o núcleo duro do capital, a presidente decidiu politizar o tema, o que estava igualmente fora do script lulista. Em fevereiro de 2012, o boletim do Ministério da Fazenda afirma que o *spread* no Brasil era “elevado na comparação com outras economias”. Destacava que a expectativa era que caísse “devido ao ciclo de queda dos juros” iniciada em agosto do ano anterior. Duas semanas mais tarde, Tombini aumentaria a carga. Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, declara que a redução do *spread* era “prioridade de governo” e “determinação” da presidente da República. Não se tratava mais de expectativa genérica inserida em publicação ordinária de ministério. A diminuição dos ganhos por parte dos bancos tornava-se ordem, emanada do topo do poder Executivo. Transmitido por funcionário de alta graduação, o recado não poderia ser mais claro: o Estado se arrogava o direito de intervir na quintessência do capitalismo, a saber, o lucro (SINGER, 2015, p.51).

Como havíamos já apontado anteriormente, o bloco no poder é formado por uma *unidade contraditória*, no qual interesses antagônicos entre as frações de classe que o compõe não deixam de existir, apenas são, em última instância, deixados em segundo plano, enquanto a contradição principal – que pode ser dar entre classes (burguesia e proletariado) ou entre burguesia interna e externa – for predominante na conjuntura política. Por isso, os interesses divergentes existentes entre a burguesia industrial e a burguesia financeira nunca deixaram de existir, apenas estavam em latência ou se apresentavam em disputas pontuais.

Estas medidas, de certo modo, alteravam o equilíbrio de forças entre os diversos interesses das frações da burguesia interna, bem como aprofundava os antagonismos político, dando origem à crise política que passou a se avolumar

nos anos seguintes. Na disputa entre as frações da burguesia interna, o governo, nesta determinada conjuntura, toma partido da fração industrial, pautado, sobretudo, na perspectiva de manutenção da produção industrial e do emprego; “apoio” da fração industrial, uma vez que as medidas eram adotadas para beneficiar, especialmente, o setor produtivo da economia; alta popularidade da presidenta e forte apoio popular; alinhamento entre a Fazenda e o Banco Central na condução da política econômica; além do alto volume em caixa nos bancos públicos e a capitalização do BNDES.

Deste modo, passa a ocorrer um realinhamento no campo político, no qual, parte da fração rentista da burguesia, que estava alinhada à fração hegemônica no interior do bloco no poder, passa a engrossar o coro da crítica ao governo, juntamente com a frente ortodoxa neoliberal.

Essa intrincada disputa esteve favorável ao governo até o início de 2013, quando a conjuntura política começa a se alterar, por um lado, motivado pela pressão inflacionária (inflação do tomate) e pelo fraco resultado do PIB, e, por outro lado, por um elemento inesperado nesse cálculo político: as manifestações de junho de 2013. Nesse período, não apenas aumentam os discursos contra o “ativismo estatal” e a recriminação à atuação do estado na economia, como, também, segmentos da burguesia que estavam sendo beneficiados pelas medidas adotadas até então, passam a reverter suas posições no jogo político. Como num movimento pendular, a fração industrial da burguesia interna, principal beneficiária das medidas políticas e econômicas adotadas até o período, passa a compor o polo oposto, criticando o “ativismo estatal”, “a carga tributária”, etc.

Para Farias e Pereira (2017) uma das possíveis explicações para o realinhamento da burguesia industrial está no receio desta fração de classe quanto a uma possível política bonapartista posterior do governo Dilma Rousseff. Conforme os autores:

[...] apesar de o governo sustentar a hegemonia do setor industrial, os representantes diretos dessa fração de classe transitaram para a postura de não fazer a defesa do governo diante das críticas do setor bancário. É que os representantes industriais intuía, mas de maneira distorcida, a possibilidade de o governo adotar uma política bonapartista, ou seja, passar a exigir sacrifícios de todas as frações do capital para garantir o crescimento econômico. Assim, identificavam no “lulismo” (o crescimento econômico com a ampliação de direitos sociais) da presidenta Dilma o fantasma de Getúlio

Vargas. O que o governo pedia, na substância, era que os industriais abrissem mão de interesse imediato (a desregulamentação das relações de trabalho) em prol de seu interesse de longo prazo (a preponderância econômica) (FARIAS; PEREIRA, 2017).

Quando eclodem os protestos em junho de 2013, o discurso do campo neoliberal ortodoxo, que recriminava a participação “intervencionista” do Estado na economia, enquanto enaltecia a ortodoxia econômica – que já era apregoadado na mídia tradicional e que vinha paulatinamente crescendo desde o início do ano – se aproveitou do caráter polissêmico do movimento para “forjar um consenso” em torno de pautas que em nada se aproximavam do clamor inicial das ruas (QUEIROZ, 2016).

Manifestações de junho de 2013 e a nova direita

As manifestações de junho de 2013 constituem-se uma varável importante na análise desse processo político, uma vez que, serão a partir delas que novos elementos serão postos à conjuntura política, desde o realinhamento da burguesia interna, como já analisamos, até o “casamento entre a mídia e a classe média conservadora” numa pauta “anti-governo” (SOUZA, 2016, p. 95-116).

As manifestações têm início com protestos contra os reajustes das tarifas de transporte público em algumas cidades brasileiras, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, e terminam polarizadas, em torno de pautas diversas das iniciais. Em linhas gerais, os acontecimentos de junho de 2013 podem ser divididos em três momentos distintos, a saber (GRIPP 2013; GOHN, 2014; SINGER, 2013): o primeiro momento, marcado pelo forte protagonismo do MPL e pela tentativa de desconstrução do movimento e de sua respectiva pauta pelos grandes veículos de comunicação e pelas forças repressivas do Estado; O segundo momento, que aponta o auge do movimento, é marcado pelo *espanto*, pela violência e pela revolta popular causada pela repressão policial frente ao crescimento dos protestos. Nesta fase dos acontecimentos ocorre tanto a adesão de outras frações da sociedade, como a dispersão das pautas reivindicativas. Dois importantes fatos marcam esta etapa das manifestações: o primeiro é a revogação do aumento da tarifa de transporte público; o segundo é a adesão de outras frações sociais, especialmente a da alta classe média, que aderiu aos protestos, já próximo ao auge do movimento, tornando a pauta difusa, porém, com viés reacionário e

conservador; a terceira e última etapa, foi marcada pela perda da força em função da alteração do discurso ideológico – motivado principalmente pela atuação da grande mídia tradicional em todas as fases dos acontecimentos de junho (QUEIROZ, 2016; SOUZA, 2016) – e da dispersão da pauta (SINGER, 2015), ou seja, passou-se de uma demanda popular e direcionada para reivindicações difusas e fortemente reacionárias, como por exemplo, a aprovação da PEC 37.

Ao analisar o desfecho das manifestações e seus resultados ulteriores, constatamos que, em última instância, o campo político que saiu fortalecido foi àquele alinhado ao projeto neoliberal conservador, para utilizarmos os termos de Boito Jr. (2016). Os novos movimentos sociais de direita e extrema direita – como o MBL, o Vem pra Rua, Revoltados Online, entre outros – que surgem a partir dos acontecimentos de junho de 2013, disputarão as ruas com os partidos políticos e movimentos sociais de esquerda, nos anos seguintes, e se apresentarão como importante elemento na crise política, especialmente, compor a frente de luta do campo neoliberal ortodoxo e (de forma consciente ou não) conseguir mascarar os verdadeiros interesses por trás de suas bandeiras “morais” e “apartidárias” – “contra a corrupção”; “pelo fim da impunidade”; “contra o assistencialismo do Estado”; “sem partido” –, que envolvem o direcionamento político e econômico do país para atender a interesses da frente ortodoxa neoliberal – que vai desde a redução do orçamento público até a privatização de setores estratégicos da economia para atender aos anseios do capital internacional.

Ataque ao governo petista por diversas frentes

A partir das manifestações de junho de 2013, não apenas surgem novos movimentos sociais de direita e extrema direita, como também se ampliaram os ataques contra o Governo Federal por diversas frentes: desde a cobertura dos grandes veículos de imprensa, com a construção da ideia de que os casos de corrupção se restringiam ao partido governista (PT) e alguns de seus aliados diretos (SOUZA, 2016), bem como os “vazamentos” de áudios e os juízes federais que estão à frente da Operação Lava Jato; a frente de oposição parlamentar; atuação do capital internacional, por meio das agências de classificação de risco (ratings) e consultorias econômicas; burguesia doméstica, que impuseram forte pressão sobre os investimentos, produção e o mercado cambial, na prerrogativa de que a “situação política estava gerando instabilidade no mercado”; partidos políticos e movimentos sociais, sobretudo os que surgiram após 2013, como o

MBL e o Vem Pra Rua.

Apesar de estas frentes se mostrarem em alguns casos como autônomas e independentes, em última instância, elas apresentam entre si elementos que corroboram a hipótese que defendemos neste artigo, de que se trata de uma ofensiva restauradora do campo político neoliberal ortodoxo. O próprio Michel Temer (PMDB) – vice na chapa com Dilma Rousseff –, poucos dias após o término do processo, declarou, em entrevista após a abertura da Assembleia Geral da ONU, que o *impeachment* ocorrera porque a então presidente não aceitou o programa proposto pelo PMDB em outubro de 2015, *Uma ponte para o futuro*. Ou seja, o que estava em questão, na realidade, eram os interesses econômicos e políticos vinculados a esta frente política de classes, que o PMDB assumira como seu programa.

As ações dessa ofensiva restauradora se articularam em três grandes áreas específicas, envolvendo, direta ou indiretamente, de forma articulada ou não, classes e frações de classes dessa frente política: político-partidária, jurídica e econômica.

No que se refere à esfera político-partidária, Almeida (2016, p. 28-30) aponta que o processo do *impeachment* começa a ser articulado logo após o término do pleito eleitoral de 2014, no qual o PT conquista a disputa pelo Executivo por uma pequena margem, porém, a base governista perde a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado. A oposição, capitaneada pelo PSDB e parte do PMDB, não apenas bloqueou pautas e votações, travando a agenda governista, como operou como porta-voz do grande capital internacional e da fração rentista da burguesia.

A indicação de Joaquim Levy, um economista ortodoxo e representante direto dos bancos privados nacionais, por Dilma Rousseff ao Ministério da Fazenda visava por em prática uma política fiscal ortodoxa, com forte contingenciamento de gastos, para atender aos reclames da oposição, da grande burguesia interna, que passara a compor o campo oposicionista, e do grande capital financeiro internacional, que ameaçava rebaixar o *rating* do país. Noutros termos, visava com a indicação de Levy era uma reconciliação de classes. Contudo, o tiro saiu pela culatra. Enquanto, a oposição não aprovava o orçamento proposto pelo governo – tanto por achar que os cortes propostos não eram suficientes, como por estratégia política –, a base governista, sobretudo setores internos do PT, criticava os rumos que a política macroeconômica tomava durante o segundo mandato. Deste modo, a agenda econômica ficara totalmente travada durante o

segundo mandato, ampliando ainda mais a crise política, enquanto a presidente ficara enfraquecida internamente, dentro do partido, e desgastada no jogo político partidário.

No que tange ao campo jurídico-legal, em geral, e a operação Lava Jato, em específico, ela opera como uma espécie de partido político da alta classe média, no qual sua ação e objetivos convergem com os interesses do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Para Boito (2016b), a Lava Jato contribui para a restauração do neoliberalismo puro e duro. No entanto, adverte o autor (BOITO, 2016b, pp. 30-33): “isso não significa, necessariamente, que a Lava Jato represente o imperialismo ou a burguesia. [...] a burocracia da Lava Jato tem dado mostras de que pode adquirir autonomia e dificultar a consolidação do governo Temer. Como revelou a confissão tornada pública de Romero Jucá, para os integrantes da equipe governamental, a Lava Jato já deveria ter acabado”.

Diante desse viés político da operação Lava Jato, Jessé Souza, aponta que Dilma Rousseff, não apenas agiu de modo ambíguo, como acreditara que esta era uma operação imparcial:

Dilma reagiu ao tema da corrupção de modo ambíguo. Ao mesmo tempo tempo em que tentou lançar o tema da reforma política como central no debate – e perdeu a batalha para a mídia dominante, que manteve o padrão da “fulanização seletiva” –, se aproximou do tema como “combatente” pessoalmente envolvida na cruzada anticorrupção. Ao fazê-lo de modo acrítico, se deixando colonizar pelo discursos do inimigo, ficou à mercê de um processo que não mais conduzia. Pior: terminou acreditando na farsa da imparcialidade da operação Lava Jato até quando ficou muito tarde para qualquer reação (SOUZA, 2016, p. 88)

Por fim, a crise política do Governo Dilma Rousseff é, em sua essência, uma crise do programa neodesenvolvimentista dos governos petistas. Esta crise se evidencia com o realinhamento de frações da grande burguesia interna, que compunham a fração hegemônica no interior do bloco no poder, durante os governos petistas, com o campo oposicionista. Acreditamos ser este um dos elementos centrais para a queda da presidente. Devemos nos lembrar que durante a crise do mensalão em 2005, apesar de oposição parlamentar estar fortalecida e a grande mídia tradicional fazer plantão na cobertura do mensalão, a grande burguesia interna que deu sustentação ao governo de Lula da Silva,

livrando-o do impeachment (MARTUSCELLI, 2015). Um dos elementos que diferenciou a crise do mensalão da crise do governo Dilma a perda do apoio entre o empresariado. Vale lembrar que durante a votação do impeachment na Câmara dos Deputados, empresários ligados à FIESP e CNI viajaram para Brasília para pressionar os deputados de seus Estados a votarem pela admissibilidade do processo.

Ainda dentro da discussão em torno do realinhamento de importantes frações da burguesia interna, devemos ponderar que, não necessariamente elas passaram a aderir ao campo ortodoxo neoliberal, como são, por exemplo, os casos da FIESP e da CNI. Antes, o que se constata é que o movimento pendular dessas frações da burguesia se deu em função do aumento da influência política que os movimentos sociais, sindicatos e a massa marginal tiveram sobre os governos petistas e o receio de que eles passassem a integrar a fração hegemônica no interior do bloco no poder. Neste sentido, duas observações devem ser feitas: i) excetuando alguns fatores conjunturais, o movimento pendular da burguesia interna, observado durante a crise política do governo Dilma Rousseff, se assemelha ao observado em 1954 e em 1964; ii) Este realinhamento da burguesia interna não é permanente, pois, a experiência histórica e a conjuntura política pós-impeachment, já mostram as contradições e antagonismo dentro desta frente política. Ou seja, pode haver a convergência entre temas que beneficiem tanto a burguesia interna como externa (ex: reforma trabalhista e previdenciária), no entanto, os antagonismos já começam a ficar evidentes em temas como: abertura do mercado doméstico ao capital internacional, política de conteúdo local, taxa de financiamento de longo prazo do BNDES e investimento público.

Considerações finais

A tentativa de compreender a crise política do governo Dilma Rousseff exclusivamente a partir de seus aspectos jurídicos, levando em consideração a legalidade ou não da denúncia – não diminuindo a importância dos aspectos jurídicos e legais no contexto da crise –, pode conduzir a resultados que obliterem os interesses reais por trás do processo de impeachment. Como se pode constatar, os desdobramentos do processo ao longo de 2016 revela que as questões inerentes à base da denúncia – irregularidades contábeis na execução orçamentária – constituíam apenas um alibi, no qual se materializavam os interesses políticos, econômicos e sociais de algumas classes e frações de classes

específicas. Neste sentido, nosso objetivo foi analisar a crise a partir de uma perspectiva de classe, apontando seus conflitos, contradições e, principalmente, interesses que nem sempre são expostos tão claramente na luta política.

Ao analisar esse processo político desde a sua gênese, isto é, a crise do neodesenvolvimentismo, iniciada durante do primeiro mandato da governante petista, possibilitou compreender porque alguns setores da burguesia interna que compunham a fração hegemônica no interior do bloco no poder, se alinharam ao campo político neoliberal ortodoxo na derrubada do governo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. *À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. São Paulo: Leya, 2016.

BERRINGER, T. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.

BOITO, A. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Fórum Econômico da FGV-SP, 2012b. Biblioteca virtual FGV-SP. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>>.

_____. Lava jato, classe média e burocracia de Estado. *Princípios*, v. 1, 2016b, pp. 29-34. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/288272-1>>.

_____. Os atores e o enredo da crise política. In: SINGER, A. et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016a.

_____; GALVÃO, A. (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a.

DALLACOSTA, A. et al. *Desenvolvimento e crise na América Latina. Estado, empresas e sociedade*. Curitiba: Editora CRV, 2012.

FARIAS, F. P; PEREIRA, F. C. *Perspectivas da crise política no Estado democrático do Brasil*. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 7 fev. 2017. Disponível em: < <http://diplomatique.org.br/perspectivas-da-crise-politica-no-estado-democratico-do->

brasil/>.

GOHN, M. G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRIPP, A. “Não era pelos 20 centavos”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 dez. 2013. Caderno Restrospectiva, p.2.

JINKINGS, I. Apresentação: O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: SINGER, A. et al. *Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACIEL, A. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. São Paulo: Carta Maior, 28 jun 2017. Disponível em:< <http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FComo-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>>.

MARTUSCELLI, D. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: Editora CRV. 2015.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. _____; BRAGA, R; RIZEK, C. S. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda. A. Uma ponte para o abismo. In: SINGER, A. et al. *Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

QUEIROZ, F. *Orasgar do véu: as manifestações de junho de 2013 e as contradições históricas*. 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SADER, E. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, n.97, nov. 2013, pp. 23-40.

_____. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, n.102, nov 2015. pp. 47-71.

_____. et al. *Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe*. A radiografia do golpe. São Paulo: Leya Editora. 2016.